

RESUMO - DIREITO

ESTRATÉGIAS DE INVESTIGAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DESAFIOS POR TRAZ DO SISTEMA

Selmara Aparecida Batista De Oliveira Silva (selmaraosilva@gmail.com)

Ana Carolina Da Silva Peran De Freitas (anaperan.adv@gmail.com)

Introdução: O presente trabalho analisa medidas efetivas para os desafios encontrados no sistema previdenciário, pensando nisso, como marco teórico buscou-se estudos e experiências advocatícias, aplicadas ao direito previdenciário, autorizadas pelo Provimento nº 188/2018 da OAB, para superar as inconsistências registrais do CNIS, que são os principais óbices à obtenção de benefícios junto ao INSS. O CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais é um cadastro da vida contributiva do cidadão (Decreto 3.048/99). Após o requerimento administrativo, ocorre análise para a concessão do benefício, entretanto, há inúmeros equívocos como registros inconsistentes, NIT's (Número de Identificação do Trabalhador) duplicados e omissões de registro de vínculos. Segundo dados da CGU/TCU há mais de 24 milhões de registros inconsistentes atualmente. Ademais, o fato do sistema de requerimentos do INSS ter sido um dos primeiros a ser informatizado com a plataforma Gov.br, evidencia a hipervulnerabilidade digital da qual padece grande parte dos beneficiários, maioria idosos e pessoas com deficiência. Relato da experiência:

As espécies mais comuns de benefícios atingidas pelas inconsistências encontradas no CNIS e sanadas por meio da investigação defensiva são: as aposentadorias urbanas/rurais, os auxílios por incapacidade temporária/permanente, as pensões e os benefícios assistenciais BPC/LOAS. Para concessão dos benefícios e pensões, o CNIS figura como principal no sistema, porém na maioria dos casos, uma série de documentos são necessários para complementar e corrigir as informações de cada benefício. Assim, no atendimento ao cliente a coleta correta dos documentos como Carteiras de Trabalho físicas, carnês de contribuinte individual (GPS) e principalmente as diversas fontes de NIT's para unificação nos casos de duplicidade figuram como parte essencial da análise, visando prevenir indeferimentos e atrasos. Resultados: A relevância da experiência mostra a luta daqueles que necessitam do benefício, tais como, as dificuldades sistêmicas e o uso do "INSS digital" com barreiras reais para idosos e pessoas com pouca familiaridade com a tecnologia, além de, prazos descumpridos pela autarquia; a grande deficiência nos canais de atendimento do INSS e nas agências que acabam por afastar os hipervulneráveis de efetivarem seus direitos e aumentarem a ocorrência de fraudes. O aprendizado obtido pela experiência é tentar sanar lacunas em que o INSS se omite ou não busca resolução para amparar os cidadãos frente aos seus direitos. O impacto na atuação prática, por exemplo, são pessoas humildes que, contribuíram para o INSS uma vida inteira, não se aposentarem, além de, em sua maioria, não terem meios de sobrevivência, gerando ao Estado uma responsabilidade maior com essas pessoas, já que a Previdência Social é um Direito Constitucional (artigo 6º, 194 a 204 da CF). Considerações finais: Advogados demonstram que, ir além do CNIS com a análise aprofundada de erros e inconsistências, além da correta apuração e coleta de documentação complementar é imprescindível para dar segurança probatória e prevenir indeferimentos em sede administrativa. O olhar humanizado dos advogados pode inspirar outros profissionais a melhorar a efetividade do sistema de seguridade social. Além de cobrar do Estado constante atualização sistêmica para excluir lacunas que cessem direitos previdenciários.

Palavras-chave: previdência social; direito previdenciário; provas documentais.

